

## Pobreza menstrual entre adolescentes de uma escola estadual em Rio Verde – Goiás

Menstrual poverty among adolescents from a state school in Rio Verde – Goiás

Pobreza menstrual entre adolescentes de una escuela pública de Rio Verde – Goiás

Recebido: 28/04/2023 | Revisado: 09/05/2023 | Aceitado: 10/05/2023 | Publicado: 15/05/2023

**Ana Isabel Sodré Lima**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2178-0902>  
Universidade de Rio Verde, Brasil  
E-mail: [anaisabel.sodre@hotmail.com](mailto:anaisabel.sodre@hotmail.com)

**Ana Laura Portilho Carvalho**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9198-2438>  
Universidade de Rio Verde, Brasil  
E-mail: [analaupcarvalho@gmail.com](mailto:analaupcarvalho@gmail.com)

**Ana Paula Barreto Arantes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7699-2128>  
Universidade de Rio Verde, Brasil  
E-mail: [anapaulabarantes@gmail.com](mailto:anapaulabarantes@gmail.com)

**Brisa Dresden Berchan Feltrin**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6696-844X>  
Universidade de Rio Verde, Brasil  
E-mail: [brisdresden@gmail.com](mailto:brisdresden@gmail.com)

**Iago Pereira de Souza**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4075-6219>  
Universidade de Rio Verde, Brasil  
E-mail: [iagopsouza20200@gmail.com](mailto:iagopsouza20200@gmail.com)

**Joana Haab Krein**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2213-5865>  
Universidade de Rio Verde, Brasil  
E-mail: [joanahaab@gmail.com](mailto:joanahaab@gmail.com)

**Lara Cândida de Souza Machado**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0953-6560>  
Universidade de Rio Verde, Brasil  
E-mail: [laramachado.enf@gmail.com](mailto:laramachado.enf@gmail.com)

### Resumo

**Objetivos:** Investigar a prevalência e efeitos da pobreza menstrual entre adolescentes de uma escola estadual na cidade de Rio Verde – Goiás. **Métodos:** Trata-se de um estudo transversal, observacional e descritivo realizado a partir da análise de questionários respondidos por estudantes do Ensino Fundamental e Médio de um centro de ensino estadual na cidade de Rio Verde. Foi utilizado como modelo o questionário validado “About the Menstrual Practice Needs Scale (MPNS-36)”. **Resultados:** No ambiente escolar, uma proporção significativamente menor das meninas sempre tinha acesso aos materiais menstruais (22,6%) e a um local limpo para realizar as trocas (34,8%) em comparação ao domicílio – 90,8% e 88,3%, respectivamente. 35,3% das participantes relataram ter faltado às aulas por estarem menstruadas, o que se correlacionou, sobretudo, com a preocupação de que o fluxo menstrual vazasse (78,6%). Ademais, 61% das adolescentes sempre e muitas vezes preocupavam-se de que alguém visse o descarte dos seus absorventes e 48,6% sempre recebem informações sobre o ciclo menstrual. **Conclusões:** A indisponibilidade de materiais de higiene menstrual no ambiente escolar, os tabus e a estigmatização acerca do ciclo menstrual mostraram-se fatores determinantes na prevalência da pobreza menstrual em Rio Verde – GO. Sendo assim, faz-se necessário o incentivo maciço em programas de saúde pública que garantam o acesso a dignidade menstrual.

**Palavras-chave:** Direito à saúde; Menstruação; Produtos de higiene menstrual; Saúde pública.

### Abstract

**Objectives:** To investigate the prevalence and effects of menstrual poverty among adolescents at a state school in the city of Rio Verde – Goiás. **Methods:** This is a cross-sectional, observational and descriptive study based on the analysis of touches answered by elementary and high school students at a state education center in the city of Rio Verde. The validated “About the Menstrual Practice Needs Scale (MPNS-36)” was used as a model. **Results:** In the school environment, a significantly smaller proportion of girls always had access to menstrual materials (22.6%) and a clean place to change them (34.8%) compared to home – 90.8% and 88, 3%, respectively. 35.3% of the participants reported having missed classes because they were menstruating, which correlated, above all, with the concern that the menstrual flow would leak (78.6%). In addition, 61% of adolescents are always and often concerned that someone sees the disposal of their pads and 48.6% always receive information about the menstrual cycle. **Conclusions:** The

unavailability of menstrual hygiene materials in the school environment, taboos and stigmatization about the menstrual cycle were found to be determining factors in the prevalence of menstrual poverty in Rio Verde – GO. Therefore, it is necessary to massively encourage public health programs that guarantee access to menstruation.

**Keywords:** Right to health; Menstruation; Menstrual hygiene products; Public health.

### Resumen

**Objetivos:** Investigar la prevalencia y los efectos de la pobreza menstrual entre adolescentes de una escuela estatal en la ciudad de Rio Verde - Goiás. **Métodos:** Se trata de un estudio transversal, observacional y descriptivo basado en el análisis de cuestionarios respondidos por estudiantes de primaria y secundaria de un centro educativo estatal de la ciudad de Rio Verde. Se utilizó como modelo el cuestionario validado “About the Menstrual Practice Needs Scale (MPNS-36)”. **Resultados:** En el ambiente escolar, una proporción significativamente menor de niñas siempre tuvo acceso a materiales menstruales (22,6%) y un lugar limpio para cambiarlos (34,8%) en comparación con el hogar: 90,8% y 88,3%, respectivamente. El 35,3% de las participantes refirió haber faltado a clases por estar menstruando, lo que se correlacionó, sobre todo, con la preocupación de que se le escapara el flujo menstrual (78,6%). Además, el 61% de las adolescentes estaba siempre y con frecuencia preocupada de que alguien viera el desecho de sus toallas higiénicas y el 48,6% siempre recibe información sobre el ciclo menstrual. **Conclusiones:** La falta de disponibilidad de materiales de higiene menstrual en el ambiente escolar, los tabúes y la estigmatización sobre el ciclo menstrual demostraron ser factores determinantes en la prevalencia de la pobreza menstrual en Rio Verde - GO. Por ello, es necesario impulsar masivamente programas de salud pública que garanticen el acceso a la menstruación digna.

**Palabras clave:** Derecho a la salud; Menstruación; Productos de higiene menstrual; Salud pública.

## 1. Introdução

A pobreza ou precariedade menstrual é um fenômeno complexo vivenciado por meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam, que engloba desde a falta de acesso a recursos básicos como absorventes e papel higiênico, e estende-se até o alcance a uma infraestrutura digna para a capacidade de cuidar da sua menstruação, o que se refere a ausência de banheiros seguros e limpos, saneamento básico e coleta de lixo (UNICEF & UNFPA, 2021).

Em um cenário no qual os índices de fome são crescentes, os produtos de higiene menstrual tornam-se artigos de luxo e, com isso, inacessíveis para cerca de 320 mil alunas brasileiras, que não possuem banheiro em condições de uso e 1,24 milhões de meninas não têm papel higiênico a sua disposição, número que é proporcionalmente maior para meninas negras (Lima, P., 2021).

Tais dados evidenciam a expressividade estatística de meninas que têm o seu acesso à dignidade menstrual, considerado um direito pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2014, negado. A questão também se caracteriza pela carência de conhecimentos sobre saúde menstrual, uma vez que essas pessoas não têm acesso suficiente a informações sobre o funcionamento do seu próprio corpo e ciclo menstrual. Na prática, o assunto ainda é desconhecido por grande parte da população. A outra parcela que detém conhecimento negligencia e o encara como um tema distante da realidade brasileira (UNICEF & UNFPA, 2021).

O órgão genital feminino necessita higiene para prevenção de infecções, visto que sua microbiota almeja o equilíbrio e, portanto, precisa de maior atenção. Esses anseios biológicos específicos da mulher se intensificam no período gravídico e menstrual (Assad, 2022). Assim, visando driblar o alto custo dos absorventes, elas fazem uso de métodos inseguros para conter a menstruação, como papéis, sacolas plásticas, miolos de pão ou a reutilização de absorventes descartáveis. Essas estratégias colocam em risco a saúde física dessas pessoas, pois podem desencadear vulvovaginites, infecções no trato urinário e até complicações letais como a síndrome do choque tóxico (Queiroz, 2015).

A saúde psíquica também é afetada, pesquisas revelam uma associação significativa entre a pobreza menstrual e a depressão (Cardoso et al., 2021). Os tabus que existem em relação à menstruação determinam um cenário de falta de diálogo, imposição de regras e repressão, que criam um sentimento de vergonha, de inutilidade frente às atividades físicas e socialização, levando as meninas a restringirem sua participação nessas atividades associadas a lazer e bem-estar (UNICEF & UNFPA, 2021).

Além disso, a precariedade menstrual tem consequências educacionais importantes, já que contribui para o absenteísmo escolar. Uma pesquisa realizada entre estudantes do ensino médio em um distrito de Uganda apontou que o constrangimento e medo de provocações relacionadas à menstruação, juntamente com as cólicas menstruais e a falta de materiais para conterem o fluxo e administrarem as dores, são motivos que levaram as meninas a faltarem às aulas durante o período menstrual (Miiri et al., 2018). No Brasil, essa realidade não é diferente, uma vez que se estima que uma em cada 4 meninas deixam de ir à escola quando estão menstruadas (Lima, 2021).

Na obra *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir expõe: “Assim como o pênis tira do contexto social seu valor privilegiado, é o contexto social que faz da menstruação uma maldição. Um simboliza a virilidade, a outra, a feminilidade. E é porque a feminilidade significa alteridade e inferioridade que sua revelação é acolhida com escândalo” (Beauvoir, 1949, p. 56)

Considerando que o problema afeta, sobretudo, grupos de classes socioeconômicas menos favorecidas e o sexo feminino, fica claro que ele contribui para retroalimentar as inequidades de gênero, raça e classe social. Com a educação e a produtividade comprometidas em cerca de 5 dias durante todos os meses do ano, a divergência entre os gêneros apenas se acentua, e o impasse corrobora para a desvalorização social da mulher (Assad, 2022). Quando se fala em relação às adolescentes, meninas que não decidem o destino do orçamento da família, evidencia-se ainda mais a notoriedade da situação e, assim, a importância de enfrentar essa adversidade (UNICEF & UNFPA, 2021).

Em concordância com a relevante temática e a carência de dados epidemiológicos sobre o assunto, o presente estudo teve como objetivo investigar a prevalência e efeitos da pobreza menstrual entre adolescentes de uma escola estadual na cidade de Rio Verde – Goiás. Tal fim foi realizado por meio da análise do acesso à higiene menstrual, das preocupações com a confiabilidade dos materiais e inseguranças em relação às trocas, além da investigação do conhecimento das adolescentes a respeito do ciclo menstrual, bem como os impactos da pobreza menstrual sobre o absenteísmo escolar.

## 2. Metodologia

Essa pesquisa trata-se de um estudo transversal, observacional e descritivo, com uma abordagem quantitativa e qualitativa para traçar o perfil epidemiológico da problemática em questão e os possíveis efeitos na vida da população estudada (Pereira et al., 2018). A pesquisa foi realizada em um Centro de Ensino Estadual na cidade de Rio Verde – GO, com alunas do 7º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio.

A amostra foi composta por análise das respostas autoperenchidas no questionário “About the Menstrual Practice Needs Scale (MPNS-36)” traduzido para o português e adaptado. O questionário MPNS-36 é um conjunto de perguntas fáceis de serem administradas e compreendidas que visa medir as experiências menstruais de meninas baseado em seus próprios ciclos e vivências dentro de suas condições de vida. A escala fornece uma estimativa quantitativa do grau em que as necessidades dessas meninas estão sendo atendidas ou não, possibilitando 4 opções de resposta: sempre, às vezes, muitas vezes e nunca (Hennegan, 2020a).

As perguntas do questionário abrangem seis dimensões, que formam as subescalas do MPNS-36. Delas, quatro são aplicáveis a todas as entrevistadas e as outras duas se aplicam às que lavam e reutilizam materiais menstruais. As subescalas são: necessidades de material e ambiente doméstico; necessidades de transporte e ambiente escolar; preocupações com a confiabilidade do material; insegurança de troca e descarte; necessidades de reutilização e inseguranças de reutilização. Durante o desenvolvimento do questionário, foi constatado que as subescalas apresentam consistência aceitável e que a escala mede aquilo que os autores propuseram a medir: se as práticas e ambientes de gestão menstrual dos entrevistados atendem às suas necessidades durante o último período menstrual (Hennegan, 2020b).

O questionário adaptado possui 22 itens, divididos em 5 blocos: “durante minhas menstruações”, “em casa durante minhas menstruações”, “na escola durante minhas menstruações”, “durante minhas menstruações (apenas para aquelas que

lavam ou reutilizam algum material durante o período menstrual)” e “antes da aula assistida hoje”. Foi feita a inclusão de todos os ciclos menstruais vivenciados pelas participantes com o objetivo de ampliar a abrangência de suas experiências. O documento trouxe uma sessão para a população em estudo preencher sua idade, se já teve a menarca e quais outros materiais já usou para conter o fluxo menstrual, além dos métodos convencionais como absorventes descartáveis, calcinhas absorventes, coletor e disco menstrual. Além disso, foram adicionadas três perguntas, com o objetivo de avaliar o absenteísmo escolar decorrente da pobreza menstrual e o acesso e conhecimento prévio das estudantes sobre o ciclo menstrual.

Foram incluídas todas as alunas que já tiveram a menarca, independentemente do local de residência e procedência e que estavam devidamente matriculadas no Centro de Ensino no período de junho até agosto de 2022. Foram excluídas as alunas que não passaram pela menarca, que não preencheram adequadamente o questionário ou que os responsáveis não assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O projeto de pesquisa foi protocolado na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade de Rio Verde – UniRV obedecendo às normas da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS); este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UniRV sob o número de parecer 5.454.039. Foi solicitada a autorização da gestora do Centro de Ensino através do Termo de Anuência e foi coletada a autorização dos pais ou responsáveis das alunas da amostra por meio do TCLE, visto que se trata de uma população com maioria menor de 18 anos de idade, ademais essas alunas assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e aquelas maiores de 18 anos o TCLE.

De acordo com os princípios éticos que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos, foi garantido o anonimato da identidade das pessoas envolvidas e o sigilo, pois os mesmos não foram identificados nominalmente, sendo utilizados apenas números sequenciais nos instrumentos de coleta dos dados, permitindo dessa forma manter o nome das participantes protegidos e os dados são de acesso exclusivo dos pesquisadores. Todas as informações coletadas neste estudo a fim de obter o sigilo dos mesmos, serão armazenados pela pesquisadora responsável por 5 anos em local sigiloso e seguro, onde somente os pesquisadores terão acesso aos dados obtidos, sendo considerado apenas o conjunto dos dados analisados referentes à pesquisa para fins de publicação, e após este período serão incinerados.

Pôde existir riscos relacionados ao constrangimento das adolescentes, considerando os tabus envolvidos na temática “Ciclo menstrual” e o sentimento de vergonha em responder perguntas pessoais que se relacionam às experiências com a menstruação. No entanto, esses riscos foram minimizados por meio de um seminário e o posterior esclarecimento de dúvidas sobre a temática, consolidando-se como uma oportunidade de desconstruir os mitos e tabus relacionados ao tema, permitindo maior conforto para os voluntários da pesquisa. Além disso, as adolescentes poderiam ter medo de ocorrer quebra de sigilo de suas respostas no questionário, por isso, foi esclarecido a elas que os dados coletados serão guardados somente pelos pesquisadores, sem a divulgação de qualquer informação de identificação.

Em relação aos benefícios desta pesquisa, acredita-se que o presente estudo sugere algumas tendências e levanta novas hipóteses sobre o impacto da pobreza menstrual na vida de estudantes. Os dados da pesquisa expressos em porcentagem poderão servir de embasamento para retratar o perfil desse problema em Rio Verde – GO, para que os gestores possam dar mais ênfase no assunto no âmbito social e reconhecimento dos seus prejuízos na qualidade de vida e educação das estudantes. Ademais, os dados ainda podem contribuir para pesquisas futuras que tenham a intenção de levantar o tema em outras regiões, servindo ainda de base para reformulação das políticas públicas que visam o aprimoramento de profissionais e a difusão de informação no meio social.

A coleta de dados foi desenvolvida no ano de 2022, a partir do mês de Junho, após aprovação do CEP. A aplicação do questionário foi feita após uma palestra presencial com as temáticas “Ciclo Menstrual” e “Pobreza Menstrual”, posteriormente foi explicado o funcionamento do questionário e a maneira de respondê-lo e então foram distribuídas folhas individuais para cada aluna contendo as perguntas.

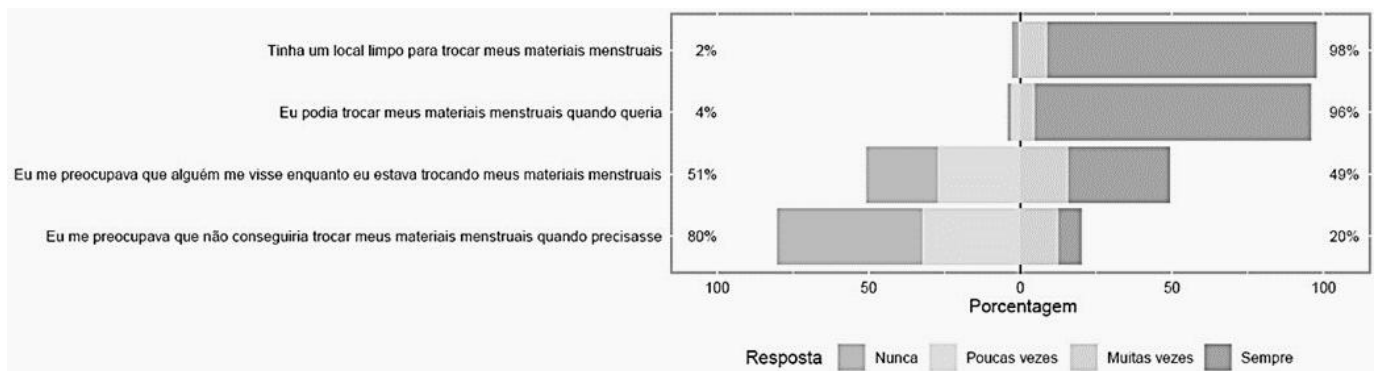
A análise de dados foi concretizada por meio de uma análise descritiva, as respostas dos questionários foram organizadas em uma planilha no programa Microsoft Excel, e posteriormente tabuladas pelo programa IBM SPSS Statistics versão 26 (IBM Corp, 2019). Dessa forma, os resultados obtidos foram organizados em gráficos na escala Likert, por meio do programa R versão 4.1.3 (R Core Team, 2022).

### 3. Resultados

O presente estudo analisou as respostas de 142 jovens, dentre as quais 13 acadêmicas optaram por não responder a nenhum dos questionários por motivos desconhecidos, totalizando 129 respostas. As participantes tinham entre 11 e 27 anos, com idade média de 13,82 e desvio padrão de  $\pm 2,107$ . Até o momento da coleta de dados, 95,3% das participantes haviam passado pela menarca e 4,7% ainda não haviam tido a primeira menstruação, sendo suas respostas computadas apenas no que diz respeito ao bloco “antes da aula assistida hoje”, visto que esse não dependia de sua experiência com o ciclo menstrual, mas sim do seu conhecimento prévio a respeito dele.

No que se refere ao acesso em casa à higiene menstrual, 90,8% das participantes podiam trocar os materiais em casa sempre que quisessem, 88,3% sempre tiveram acesso a um local limpo para realizar a troca e 33,3% sempre se preocupavam que alguém as visse trocando seus materiais menstruais (Figura 1).

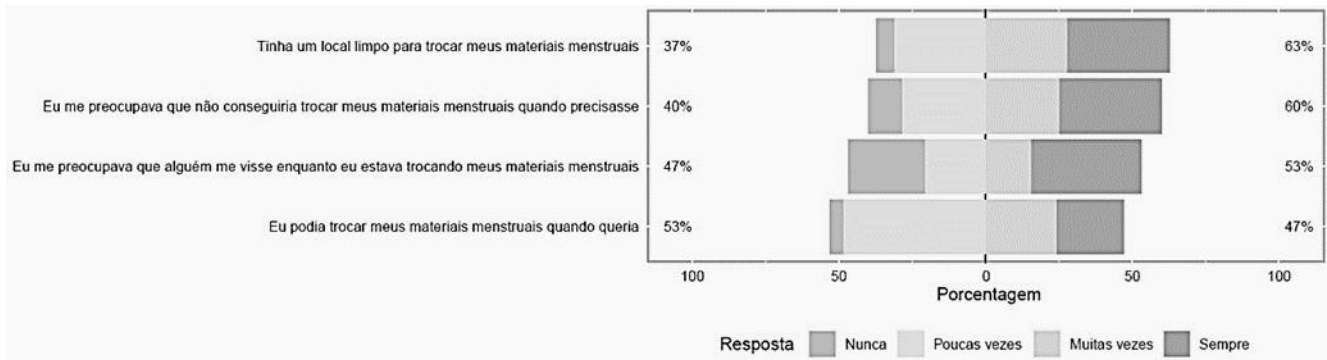
**Figura 1** - Respostas do bloco “Em casa, durante minhas menstruações”.



Fonte: Autores, obtido pelo programa R versão 4.1.3.

No ambiente escolar, observou-se uma coarctação para 22,6% das meninas que sempre podiam trocar seus materiais menstruais quando queriam, e também um decréscimo para 34,8% que sempre tinham um local limpo para trocar seus materiais; em relação a preocupação de que alguém as visse trocando os materiais, a proporção foi semelhante, com 37,4% que sempre tinham essa apreensão (Figura 2).

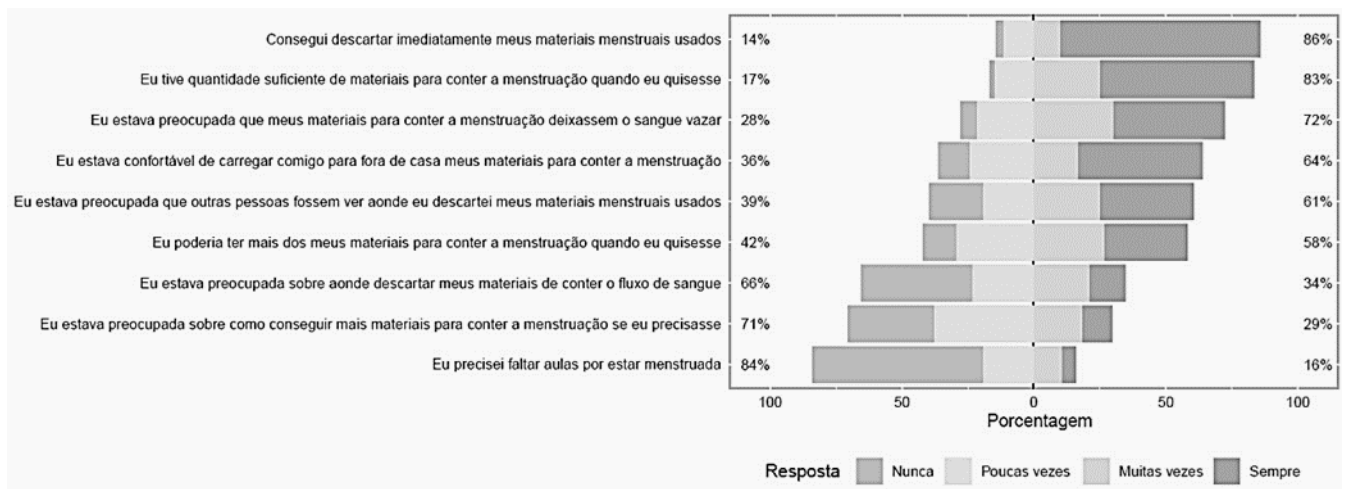
**Figura 2** - Respostas do bloco “Na escola, durante minhas menstruações”.



Fonte: Autores, obtido pelo programa R versão 4.1.3.

Em relação a confiabilidade das adolescentes com seus materiais menstruais e as inseguranças no que se refere a troca e a reutilização deles, observou-se que 71% das participantes nunca e poucas vezes estavam preocupadas sobre como conseguir mais materiais para conter o fluxo menstrual se fosse necessário e 86% conseguiram descartar seus materiais imediatamente sempre e muitas vezes. Ademais, observou-se preocupação em relação ao sangue da menstruação vazar e que outras pessoas vissem onde foi feito o descarte dos absorventes em 72% e 61% das adolescentes sempre e muitas vezes, respectivamente (Figura 3).

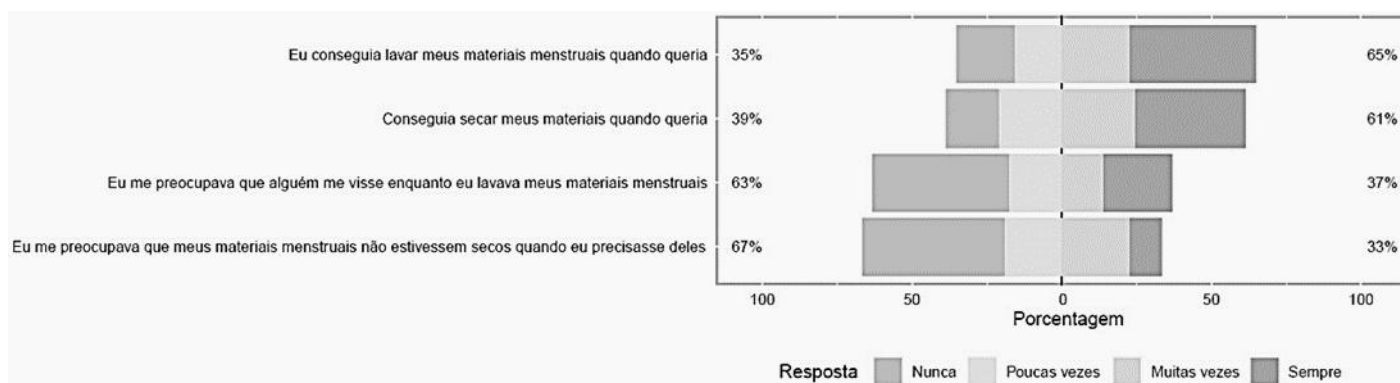
**Figura 3** - Respostas do bloco “Durante minhas menstruações”.



Fonte: Autores, obtido pelo programa R versão 4.1.3.

Nas questões direcionadas para as meninas que lavam e/ou reutilizam os materiais menstruais (“Durante minhas menstruações, apenas para aquelas que lavam ou reutilizam algum material durante o período menstrual”), é digno de nota que 57 participantes responderam as questões que compunham esse bloco e que suas respectivas respostas mostraram confiabilidade no que diz respeito a possuírem acesso aos meios que possibilitem lavar e secar seus materiais menstruais, visto que 64,9% podiam lavá-los sempre e muitas vezes, quando necessário, e 61,4% podiam secá-los sempre e muitas vezes quando quisessem (Figura 4).

**Figura 4** - Respostas do bloco “Durante minhas menstruações, apenas para aquelas que lavam ou reutilizam algum material durante o período menstrual”.



Fonte: Autores, obtido pelo programa R versão 4.1.3.

Referente a investigação do número de meninas submetidas ao absenteísmo escolar decorrente da pobreza menstrual, 35,3% das alunas já precisaram faltar às aulas por estarem menstruadas (considerando a soma das respostas de “poucas vezes”, “muitas vezes” e “sempre”). Dentre as alunas que faltaram, 35,7% sempre sentiam confortáveis em carregar os materiais para conter o fluxo menstrual e 78,6% sempre e muitas vezes preocuparam-se com o vazamento da menstruação. Já as alunas que nunca faltaram (64,7%), verificou-se maior conforto em carregar para fora de casa os materiais menstruais - 53,2% sempre estavam confortáveis - e menor preocupação em relação ao sangue vazar - 68,9% sempre e muitas vezes.

Ao investigar o conhecimento e dúvidas prévias das adolescentes sobre o funcionamento do ciclo menstrual e hábitos de higiene durante o período menstrual, 48,6% das participantes afirmaram que sempre receberam informações sobre o ciclo menstrual e 40,2% poucas vezes tem dúvidas sobre o funcionamento do ciclo.

Esses dados contrapõem o que se observou durante as palestras, visto que a maioria das constituintes do estudo tinham dúvidas a respeito desse assunto. Muitas possuíam “crenças” populares a respeito de como lidar com desafios do período menstrual, um exemplo dessas concepções, é de que não poderiam lavar os cabelos enquanto estivessem menstruadas, além de não poder consumir determinados alimentos, como ovo ou quiabo. Considerando-se a grande quantidade de dúvidas e mitos sobre o assunto, sugere-se que apesar de receberem informações, na realidade esse conhecimento é permeado por lacunas.

Por fim, foram investigados quais materiais, além dos métodos convencionais e seguros, já foram ou são utilizados pelas adolescentes para conter o fluxo menstrual. Para isso, as participantes tiveram acesso a um espaço para escreverem livremente o nome desses materiais. 32 participantes preencheram o espaço, dessas 42,1% descreveram “papel higiênico” como um dos materiais já usados. Outros termos que apareceram em menor proporção foram: fralda, panos e toalhas.

#### 4. Discussão

Entre as participantes da pesquisa, observou-se que a pobreza menstrual é mais prevalente no ambiente escolar em comparação ao doméstico, já que nas escolas houve uma queda significativa no acesso aos materiais menstruais e a um local limpo para realizar a troca deles. Esses resultados não são isolados e configuram um cenário que torna a menstruação durante o período escolar um desafio para as acadêmicas, fortalecido pela insegurança de que suas necessidades menstruais não serão atendidas (Rheinländer et al., 2018).

A falta de métodos adequados leva as adolescentes a usarem outros métodos, por vezes anti-higiênicos, para conter o fluxo menstrual (Soeiro et al., 2021); dado que também foi encontrado em nosso estudo, já que um número considerável (42,1%) relatou usar “papel higiênico” como método alternativo. Considerando as necessidades específicas das adolescentes

no que se refere à menstruação, há um crescente reconhecimento de que a gestão da higiene menstrual deveria ser incorporada nas políticas de água e saneamento básico das escolas (Rheinländer et al., 2018). No entanto, aquilo que é um processo fisiológico humano, assim como os requisitos de higiene urinária ou defecatória, persiste negligenciado (Wall, 2020).

Ao analisar as respostas do bloco “Durante minhas menstruações”, verificou-se que embora as participantes consigam descartar seus materiais menstruais imediatamente, ainda existe notória preocupação de que o sangue da menstruação vaz e que outras pessoas vejam onde foi feito o descarte dos absorventes. Essas preocupações se constroem à medida que o sangue menstrual é visto como nojento e impuro; a cultura dita que a menstruação é um tema de conversa pública desagradável e que deve ser mantida em segredo. Assim, o “imperativo da ocultação menstrual” explica como essas percepções são internalizadas pelas mulheres e reforçam o tabu da menstruação e o constrangimento sobre o próprio corpo (Wood, 2020, p. 319-336).

Existe uma “etiqueta menstrual” que incentiva o discreto controle do fluxo sanguíneo, que deve ser escondido, sobretudo dos meninos e até dos professores do sexo masculino, uma vez que essa etiqueta coloca a menstruação como vergonhosa e desconfortável. Geralmente é muito mais fácil seguir essas normas sociais quando os produtos higiênicos estão disponíveis, realidade do público dessa pesquisa. Assim, deve-se refletir que, se essas preocupações já são tão significativas em um grupo que tem acesso aos materiais menstruais, entende-se que essa ansiedade se torna potencializada entre as meninas que não tem o mesmo acesso ((Rheinländer et al., 2018; Sommer et al., 2015).

Com relação ao absentismo escolar, em 2014, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) mostrou que 1 em cada 10 jovens menstruadas deixavam de ir à escola devido à falta de acesso a produtos e recursos menstruais (UNESCO, 2014). Em nossa pesquisa, 35,3% das alunas já faltaram às aulas por estarem menstruadas e, entre elas, observou-se menor conforto em carregar para fora de casa os materiais menstruais (50% nunca e poucas vezes) e maior preocupação com o vazamento da menstruação (78,6% sempre e muitas vezes) em comparação às alunas que nunca faltaram às aulas por estarem menstruadas. Assim, as inseguranças associadas à menstruação são motivos para o absentismo escolar, o que é reforçado pela ampla documentação com relação à vergonha e embaraço que é criado para as adolescentes de todo o mundo que experimentam um acidente inesperado de higiene menstrual na escola (Wall, 2020).

No tocante aos demais motivos que levam essas meninas a faltarem aula durante o período menstrual, em países de alta, média ou baixa renda, a dor menstrual é frequentemente identificada como motivo. Nesse sentido, uma análise secundária de dados do Monitoramento de Desempenho e Responsabilidade 2020 (PMA2020) demonstrou que, na Nigéria, de 583 estudantes, 82% relataram dismenorreia e 43% relataram faltar à escola devido à dor menstrual, enquanto em Gana, encontrou-se que 84% das estudantes de graduação referem dismenorreia, com 61% alegando que isso influenciava nas atividades diárias, podendo inclusive afetar o desempenho escolar (Hennegan et al., 2021).

Quanto às dúvidas e conhecimentos sobre o ciclo menstrual e a higiene durante esse período, 48,6% das adolescentes participantes do nosso estudo afirmaram que sempre receberam informações sobre o ciclo menstrual. Entretanto, a literatura traz que mesmo quando recebem, a informação é frequentemente incompleta ou imprecisa (Farage et al., 2011). Convergente a isso, estudos com jovens adolescentes já mostraram desconhecimento de quando a ovulação ocorre ou quando a gravidez é mais provável de acontecer. Além disso, existe má informação sobre a função da menstruação, origem, conteúdo e volume do sangue menstrual, e sobre a utilização de tampões (Koff & Riedan, 1995).

Em culturas tradicionais, mães e outros informantes, em vez de transmitir informações relevantes sobre a gestão de higiene menstrual ou compreensão dos processos biológicos, concentram-se nas proibições culturais e ideológicas (Farage et al., 2011). Nesse sentido, segundo um estudo em Bangladesh, dada a ligação entre a menstruação e capacidade para conceber, as mães entrevistadas não consideram apropriado discutir o assunto com as suas filhas em período pré-menarca, podendo isso ser resultado de tabus culturais que impedem os pais de abordarem as temáticas relacionadas ao sexo e menstruação com as jovens (Chandra-Moli et al., 2017).



A pobreza menstrual é um problema de saúde pública e, a partir disso, entende-se a necessidade de mobilização das esferas governamentais para resolução da problemática (Sommer et al., 2015). Em Goiás, o Programa Goiano de Dignidade Menstrual tem como objetivo central garantir o acesso a absorventes higiênicos descartáveis para mulheres em situação de vulnerabilidade menstrual; tal Programa tem apresentado resultados positivos, uma vez que já atendeu mais de 146 mil mulheres (Goiás, 2021; Governo de Goiás, 2022). A nível nacional, apesar de ter sido promulgada a lei que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, o governo segue sem previsão de dar início a distribuição dos absorventes persistindo o cenário em que as mulheres não têm acesso a dignidade menstrual, direito básico e que concerne às suas necessidades biológicas (Amaral, 2022).

## 5. Considerações Finais

A partir dos resultados, conclui-se que, embora haja certa limitação no acesso aos materiais menstruais - principalmente no ambiente estudantil -, os maiores determinantes de absenteísmo escolar são as altas taxas de insegurança e a preocupação de encontrar-se em situações consideradas constrangedoras.

A pobreza menstrual é um problema de ordem socioeconômica, infraestrutural e de saúde pública e, apesar da atenção recente à problemática, o conhecimento a respeito do assunto ainda se encontra deficitário. A falta de informações corrobora para perpetuação do misticismo que envolve o tema e impede que este venha a ser tratado com naturalidade. Com isso, mesmo para aquelas que têm acesso a materiais de higiene menstrual, o período da menstruação persiste como um obstáculo e um estigma, já que é permeado por tabus e constrangimento sobre o próprio corpo e sua fisiologia.

É necessário que sejam realizadas novas pesquisas a fim de identificar, com maior precisão, as populações vulneráveis, buscando desenvolver e aplicar políticas públicas que visem garantir acesso aos itens de higiene menstrual e a infraestrutura necessária para a devida troca e descarte desses materiais. Por fim, deve-se estabelecer projetos de educação menstrual nas escolas visando a promoção do autoconhecimento, melhor manejo da menstruação e naturalização do tema.

Esse estudo apresenta algumas limitações. A pesquisa não incluiu a coleta de dados sociodemográficos como etnia ou renda, por isso, não foi possível uma análise estatística que correlacionasse esses dados com as respostas do questionário, o que possivelmente agregaria na análise do perfil epidemiológico mais afetado e vulnerável à pobreza menstrual.

Deve-se reforçar que a força do nosso estudo reside no fato de trazer um levantamento de dados sobre a prevalência e os fatores associados à pobreza menstrual, ampliando o conhecimento epidemiológico sobre esse assunto no estado de Goiás, além de fomentar a realização de pesquisas futuras que busquem traçar o perfil do problema em outros estados do país, ferramenta essencial para impulsionar a elaboração e execução de políticas públicas que visem garantir a dignidade menstrual.

Sugere-se que futuros trabalhos ampliem a amostra estudada e incluam a coleta de dados sociodemográficos (etnia, renda) no projeto de pesquisa. Tais modificações permitem otimizar o levantamento de dados, no que se refere a prevalência da pobreza menstrual, além de permitir o cruzamento e análise de dados, de modo a entender melhor o público mais vulnerável à problemática.

## Referências

- Amaral, L. (2022). *Após seis meses, governo segue sem previsão de distribuir absorventes a mulheres*. <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/apos-seis-meses-governo-segue-sem-previsao-de-distribuir-absorventes-a-mulheres/>
- Assad, B. F. (2022). Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. *Revista Antinomias*, 8 (2), 140-146.
- Beauvoir, S. (1949). *O Segundo Sexo*. (5a ed.).
- Cardoso, L. F., Scolese, A. M., Hamidaddin, A., & Gupta, J. (2021). Period poverty and mental health implications among college-aged women in the United States. *BMC Women's Health*, 21 (14), 1-7.

- Chandra-Mouli, V., & Patel, S.V. (2017). Mapping the knowledge and understanding of menarche, menstrual hygiene and menstrual health among adolescent girls in low- and middle-income countries. *Reproductive Health*, 14 (1), 30.
- Farage, M. A., Miller, K. W., & Davis, A. (2014). Cultural aspects of menstruation and menstrual hygiene in adolescents. *Expert Review of Obstetrics & Gynecology*, 6 (2), 127-139.
- Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2021). *Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos*. <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>
- Goiás. (2021). Lei nº 21.163, de 16 de novembro de 2021. Institui nos termos do art. 10 da Constituição do Estado de Goiás o Programa Goiano de Dignidade Menstrual. Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/104496/pdf>
- Goiás. (2021). *Programa Dignidade Menstrual torna-se lei com sanção da Governadoria*. <https://portal.al.go.leg.br/noticias/121604/programa-dignidade-menstrual-torna-se-lei-com-sancao-da-governadoria#:~:text=O%20Programa%20Goiano%20de%20Dignidade,cumprimento%20de%20pena%20nos%20regimes>
- Hennegan, J., Nansubuga, A., Smith, C., Redshaw, M., Akullo, A., & Schwab, K. J. Measuring menstrual hygiene experience: Development and validation of the Menstrual Practice Needs Scale (MPNS-36) in Soroti, Uganda. *BMJ Open*. (2020). <http://dx.doi.org/10.1136/bmjopen-2019-034461>
- Hennegan, J., OlaOlorun, F. M., Oumarou, S., Alzouma, S., Guiella, G., Omoluabi, E., & Schwab, K. School and work absenteeism due to Menstruation in three West African countries: findings from PMA2020 surveys. (2021). *Sexual and Reproductive Health Matter*, 29 (1), 1-16.
- Hennegan, J., Nansubuga, A., Smith, C., Redshaw, M., Akullo, A., & Schwab, K. J. *The Menstrual Practice Needs Scale (MPNS-36): User Guide V1.0*. (2020). <https://www.menstrualpracticemeasures.org/>
- IBM Corp. Released. (2019). IBM SPSS Statistics for Windows, Version 26.0. Armonk, NY: IBM Corp.
- Koeff E., Rierdan J. (1995). Early adolescent girl's understanding of menstruation. *Women Health*, 22 (4), 1-21.
- Lima, P. (2021). *O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes das escolas?* <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas>
- Miuro, G., Rutakumwa R., Nakiyingi-Miuro J., Nakuya K., Musoke S., Namaluka J., Francis, S., Torondel, B., Gibson, L. J., Ross, D. A., & Weiss, H. A. (2018). Menstrual health and school absenteeism among adolescent girls in Uganda (MENISCUS): a feasibility study. *BMC Women's Health*, 18 (4), 1-13.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). *Puberty Education & Menstrual Hygiene Management*. (2014). <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000226792>
- Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. E-book.
- Queiroz, N. (2015). *Presos Que Menstruam*. Record.
- R Core Team (2022). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. <https://www.R-project.org/>
- Rheinländer, T., Gyapong, M., Akpakli, D. E., & Konradsen, F. (2018). Secretes, Shame and Discipline: School Girls' Experiences of Sanitation and Menstrual Hygiene Management in a Peri-Urban Community in Ghana. *Health Care for Women International*, 40 (1), 13-32.
- Soeiro, R. E., Rocha, L., Surita, F. G., Bahamondes, L., & Costa, M. L. (2021). Period poverty: menstrual health hygiene issues among adolescent and young Venezuelan migrant women at the northwestern border of Brazil. *Reproductive Health*, 18 (238), 1-9.
- Sommer, M. R. N., Hirsch, J. S., Nathanson, C., & Parker, R. G. (2015). Comfortably, Safely, and Without Shame: Defining Menstrual Hygiene Management as a Public Health Issue. *American Journal of Public Health*, 105 (7), 1302-1311.
- Wall, L. L. (2020). Period Poverty in Public Schools: A Neglected Issue in Adolescent Health. *Journal of Adolescent Health*, 67, 315-316.
- Wood, J. M. (2020). (In)Visible Bleeding: *The Menstrual Concealment Imperative*. *The Palgrave Handbook of Menstruation Studies*.